



DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAPÁ
Rua Eliezer Levy, Nº 1157 - Bairro Centro - CEP 68900-083 - Macapá - AP - defensoria.ap.def.br

EDITAL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026 - DPE/AP

CONTRATANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - UASG (927560)

SETOR: COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS - CLCC/DPE/AP

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis de 20 (vinte) litros, em regime de comodato dos recipientes, bem como em garrafas descartáveis de 500ml, incluindo a logística de distribuição, substituição e controle dos vasilhames, visando atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO : R\$ 153.190,80 (Cento e cinquenta e três mil, cento e noventa reais e oitenta centavos).

SIGILOSO: NÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 26.0.000001717-4 - DPE/AP

SRP: SIM

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/06/2026.

HORA INICIAL: 09:30 (Horário de Brasília)



Baixe o aplicativo do
compras.gov e apresente sua
proposta!



Acesse o portal compras.gov
e apresente sua proposta!

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP. N.º 003/2026 - DPE/AP

Processo Eletrônico SEI n.º 26.0.000001939-8 - DPE/AP

PNCP N.º 90003/2026

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP, sediada na Rua Eliezer Levy, 1157, bairro Central, CEP. 68.900-083, Macapá/AP, por meio da Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios - CLCC/DPE/AP e seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 17 de 10 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023 das Portarias nºs 40 e 46, de 10 de Janeiro de 2024 - DPE/AP, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, demais legislação aplicável, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/06/2026.

HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em **garrações retornáveis de 20 (vinte) litros, em regime de comodato dos recipientes**, bem como em **garrafas descartáveis de 500ml**, incluindo a logística de distribuição, substituição e controle dos vasilhames, visando atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, conforme condições, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 13 (treze) itens, conforme tabela apresentada no **subitem 1.1** do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. As quantidades encontra-se no quadro apresentado no subitem 1.1 do Termo de Referência, parte integrante deste Edital, indicando inclusive sua quantidade mínima e máxima, de acordo com art. 14, incisos I e II, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, conforme Portaria nº 46/2024 - DPE/AP.

2.2. Em hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, o quantitativo originalmente registrado poderá ser restabelecido, nos termos do art. 1º, da Portaria nº 823, de 2025 - DPE/AP, que alterou dispositivos (art. 21 e art. 22) da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP, norma que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021 para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço com **menor preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata o item 4.3, assim como nas demais declarações, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.3.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.3.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto máximo parametrizado na forma do item 5.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor ____ (unitário, total) _____ do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.2. Marca;

5.1.4. Fabricante;

5.1.5. Quantidade exata de acordo com o Termo de Referência;

5.1.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, de acordo com o art. 14, IV, da Portaria nº 46, de 2021 - DPE/AP.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao

exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações

previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Portaria nº 40, de 10 de janeiro de 2024, Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final

da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório

dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez) por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por formato digital, via sistema Compras.gov.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no Portaria nº 40, de 2024, da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será

feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13.3. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64, e Portaria nº 40, de 2024 - DPE/AP.

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou

b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Quando a formalização da contratação ocorrer por meio de Nota de Empenho ou instrumento equivalente, em substituição ao Termo de Contrato, a emissão desses documentos ao fornecedor adjudicado implica o reconhecimento de que:

9.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. A fim de promover a imparcialidade e a equidade nos processos de contratação pública, é vedada a participação da Defensoria Pública em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital,

em consonância ao inciso VII do art. 14, da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRADO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, nas seguintes situações:

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.3. Na hipótese de previsão, no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços nos termos do item 10 desde Edital:

12.2.1. Os quantitativos originalmente registrados serão renovados.

12.3. A requerimento da Contratada, os preços iniciais poderão serem reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice que vier substituir, respeitada a contagem da anualidade.

13. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

13.1.1. Exitosa a negociação, referente ao item anterior, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado no disposto no art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.1.2. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, este será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

13.1.3. Na hipótese prevista no item anterior, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

13.1.4. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, cancelará a ata de registros de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que se refere o item anterior, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado;

13.1.5. Na hipótese de redução de preços registrado, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociações com vistas à alteração contratual.

13.2. O fornecedor poderá requerer à Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, a alteração do preço registrado, quando este se tornar inferior àquele praticado no mercado.

13.3. O requerimento deverá observar o que dispõe o item 12.1 e seus subitens, e deve estar acompanhado de:

13.3.1. prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento de compromisso registrado em ata;

13.3.2. documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre inviabilidade de manutenção do preço registrado.

13.4. Na hipótese de não comprovação dos requisitos estabelecidos no item 13.3;

13.4.1. o pedido será indeferido pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP;

13.4.2. o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento de seu registro, sem prejuízo das aplicações das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº

13.5. Formalizado o cancelamento ao que se refere o item 13.4.2, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, observado ao que dispõe o item 14 deste Edital.

13.6. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, cancelará a ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações ao que se refere ao item 13.5.

13.7. Comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 13.2, 13.3 e seus subitens, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador:

13.7.1. alterará o preço registrado, observado os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadoras da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

13.7.2. comunicará o novo preço aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata, para eventual alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS ESTIMADOS

14.1. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, cancelará o registro do fornecedor quanto este:

14.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

14.1.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido sem justificativa razoável;

14.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 13.4 e seus subitens;

14.1.4. for apenado com sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021

14.2. No que se refere ao item 13.1.4, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, caso a penalidade aplicada ao fornecedor, não ultrapasse o prazo de vigência da ata, sendo vedadas, contudo, novas contratações dela decorrentes enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Cancelado o registro do fornecedor, a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro reserva, observada a ordem de classificação.

14.5. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, enquanto órgão gerenciador, poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados na ata:

14.5.1. por razão de interesse público;

14.5.2. a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado;

14.5.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do item 13.1.4 e do item 13.6 deste Edital.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta;

15.2. Após o interregno de um ano, após requerimento da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

15.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor;

15.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

17.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.6. fraudar a licitação;

17.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

17.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8 e 17.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8 e 17.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à

autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

17.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cpl@defensoria.ap.def.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Eliezer Levy, 1157, Centro, Macapá/AP - CEP. 68.900-083, Setor de Protocolo.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas no catálogo eletrônico de padronização (CATMAT) do Comprasgov e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

19.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11. Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

19.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.12.1. ANEXO I - Termo de Referência - TR;

19.12.1.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar - ETP;

19.12.1.2. Anexo II - Regras Aplicáveis ao Instrumento Substitutivo ao Contrato;

19.12.1.3. Anexo III - Termo de Ciência e Concordância

19.12.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

19.12.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

19.12.4. ANEXO IV - Minuta de Contrato.

Macapá/AP, datado e assinado eletronicamente.

(Assinado Eletronicamente)

FABRÍCIO BRUNO DE SOUZA BARATA

Agente de Contratação – CLCC/DPE-AP

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em **garrações retornáveis de 20 (vinte) litros, em regime de comodato dos recipientes**, bem como em **garrafas descartáveis de 500ml**, incluindo a logística de distribuição, substituição e controle dos vasilhames, visando atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo e no Estudo Técnico Preliminar.

GRUPO - 01				
Item	Descrição do objeto	Unid.	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
01	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	3.900
02	Água mineral em Garrafa de 500 ml. (CATMAT - 445484).	Unid.	01	24.000
03	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	720
04	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	120
05	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	120
06	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	120
07	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	120
08	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	120
09	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	120
10	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	120
11	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	180
12	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	180
13	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	01	180

1.2. A contratação será por meio Pregão, na sua forma Eletrônica, processado pelo procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, de acordo com o art. 82, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, no art. 3º, incisos I e IV, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP, em virtude de tratar-se de aquisição de bem comum que, pelas características, há necessidade de contratações frequentes. Além disso, esse método proporciona maior transparência, economicidade pela potencial economia de escala, flexibilidade na gestão da execução e possibilidade de utilização da Ata por outros órgãos públicos.

1.3. Os objetos serão adquiridos sob demanda, conforme a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

1.4. O quantitativo apresentado no quadro acima está em conformidade com a necessidade desta Defensoria, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. As especificações dos itens estão em conformidade com o catálogo eletrônico do Poder Executivo Federal (art. 6º, §2º, da Portaria nº 38/2024 - DPE/AP e art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021), segundo os códigos estabelecidos no Catálogo de Materiais - CATMAT correspondente a cada objeto, cujo detalhamento consta no quadro acima apresentado.

Da natureza Continua da contratação e sua Fundamentação

1.6. O objeto da presente contratação possui natureza de fornecimento contínuo, haja vista que o fornecimento de água mineral natural constitui atividade essencial, regular e por demanda para suprir as necessidades vitais e de consumo do público interno e externo da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

1.7. A classificação encontra perfeito amparo no art. 6º, inciso XLVIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, visto que a interrupção no abastecimento de água mineral potável compromete diretamente a rotina administrativa, as condições adequadas de trabalho de membros e servidores, e o atendimento digno e humanizado aos assistidos, impactando a regularidade das atividades finalísticas do órgão.

1.8. Conforme a lição de *Ronny Charles Lopes de Torres*, as contratações continuadas tratam de necessidades públicas duradouras e permanentes da Administração. Sendo a hidratação e a segurança sanitária uma demanda diária e perene, resta caracterizada a necessidade de trato sucessivo e parcelado ao longo do tempo.

1.9. O Tribunal de Contas da União - TCU) adota entendimento pacífico de que o fornecimento continuado e parcelado de insumos de subsistência e copa (como a água mineral) configura contratação de natureza contínua e de trato sucessivo, justificando o planejamento de longo prazo e a utilização do Sistema de Registro de Preços.

1.10. Ademais, a presente modelagem possui estrito fundamento no Princípio da Continuidade do Serviço Público, visto que a caracterização do objeto como contínuo tem o condão de mitigar os riscos de desabastecimento e evitar a descontinuidade do fornecimento de água mineral em unidades sensíveis da instituição, tais como os Núcleos Regionais do Interior e as estruturas de atendimento ao público na Capital.

1.11. Sob a ótica dos vetores axiológicos que regem a Administração Pública, a caracterização da presente demanda como contínua encontra estrito alinhamento com o Princípio da Continuidade do Serviço Público e com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. O primeiro atua como garantia de que o fluxo logístico de abastecimento de água mineral não sofrerá interrupções prejudiciais em unidades sensíveis, salvaguardando a regularidade das atividades tanto na Capital quanto nos Núcleos Regionais do Interior; o segundo consubstancia-se na manutenção do mínimo existencial e na promoção da saúde de membros, servidores e colaboradores, bem como, primordialmente, na garantia de um atendimento digno, salubre e humanizado à população vulnerável que busca a assistência jurídica e institucional da Defensoria Pública.

Da Intenção de Registro de Preços

1.12. Tendo em vista a solução escolhida, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, foi aberta a **Intenção de Registro de Preços nº 927560 - 00006/2026**, atuando a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP como órgão gerenciador e participante.

Da vigência e prorrogação da Ata de Registro de Preços

1.13. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por

igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 21, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

1.14. Por força do art. 20, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP a contratar, facultada a realização de licitação ou de contratação direta específica para o fornecimento pretendido, desde que devidamente justificado.

1.15. Em hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, o quantitativo originalmente registrado poderá ser restabelecido, nos termos do art. 1º, da Portaria nº 823, de 2025 - DPE/AP, que alterou dispositivos (art. 21 e art. 22) da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP, norma regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da adesão a Ata de Registro de Preços

1.16. Poderá ser admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente da futura licitação, nos termos do o art. 31, da portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

1.17. O procedimento para a adesão a ata de registro de preços deverá ser realizado por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (<http://www.gov.br/compras>) observando os seguintes requisitos:

1.17.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

1.17.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133, de 2021; e

1.17.3. consulta e aceitação prévias da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP e do fornecedor.

Do termo de contrato

1.18. A contratação com o fornecedor registrado na Ata, de acordo com a necessidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 32, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP.

1.19. Caso a formalização com o fornecedor registrado na Ata seja realizada por instrumento contratual, o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura eletrônica, prorrogados por até 10 anos, na forma dos art. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

1.20. O instrumento de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida conforme disposições nela contidas, nos termos do parágrafo único do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual/2026 , conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 11762144000100-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 23/10/2025;

III) Id dos itens no PCA: 165 e 166;

IV) Classes/Grupos: 8960 - Bebidas não alcoólicas;

V) Identificador da Futura Contratação: 927560-20/2026.

2.6. Este alinhamento cumpre as determinações da Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 12, inciso VII, e as diretrizes internas estabelecidas pela Portaria nº 33 de 10 de janeiro de 2024 da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, o que atesta sua relevância estratégica e a estrita observância dos ritos e da transparência exigidos pela legislação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que constitui apêndice deste Termo de Referência, devendo suas premissas, parâmetros e memória de cálculo serem observados para fins de adequada compreensão da contratação.

3.2. A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, com disponibilização dos garrafões retornáveis de 20 (vinte) litros em regime de comodato, bem como fornecimento de água em embalagens descartáveis de 500 ml, compreendendo todas as etapas necessárias à adequada execução do objeto.

3.3. Para fins de execução contratual, a solução compreende os seguintes itens:

3.3.1. Água mineral natural sem gás - garrafão de 20 (vinte) litros (retornável em comodato): produto próprio para consumo humano, acondicionado em garrafões retornáveis, lacrados, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, sendo os recipientes disponibilizados em regime de comodato, em perfeitas condições de uso, higienização e vedação, sob responsabilidade da contratada quanto à sua substituição sempre que necessário;

3.3.2. Água mineral natural sem gás - garrafa de 500 ml (descartável): produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagens descartáveis individuais, lacradas, dentro do prazo de validade, íntegras e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

3.4. Integram a solução:

3.4.1. Fornecimento de água mineral nos formatos especificados;

3.4.2. Disponibilização dos recipientes retornáveis em regime de comodato, sem ônus adicional direto para a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP;

3.4.3. Substituição contínua dos garrafões vazios por cheios;

3.4.4. Controle de qualidade, higienização e integridade dos recipientes;

3.4.5. Logística de entrega e recolhimento nas unidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

3.5. O fornecimento de água mineral em embalagens de 500 ml justifica-se pela necessidade de atendimento a demandas específicas da Administração, tais como reuniões institucionais, eventos, ações itinerantes, capacitações e atendimentos externos, nos quais não se mostra viável a utilização de garrafões retornáveis, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

3.6. O regime de comodato dos recipientes retornáveis visa assegurar maior eficiência logística, padronização dos vasilhames, rastreabilidade e controle sanitário, além de promover a economicidade da contratação, ao afastar a necessidade de aquisição, controle patrimonial, armazenamento e reposição de garrafões por parte da Administração.

3.7. A solução adotada contempla o ciclo completo de fornecimento, desde o envase até a entrega final ao usuário, garantindo a continuidade do serviço, a segurança sanitária e a adequada prestação do serviço público.

3.8. Os quantitativos estimados foram definidos com base na memória de cálculo constante do Estudo Técnico Preliminar, considerando o consumo histórico da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, a projeção de demanda institucional e as especificidades operacionais das unidades administrativas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e nas especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar, a contratação deverá atender às diretrizes previstas nos arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, priorizando o uso racional dos recursos naturais disponíveis, a redução de desperdícios e a eficiência energética.

4.1.1. A contratação deverá estar alinhada as diretrizes da Portaria n.º 393 de 29 de abril de 2024, que institui o Defensoria Verde - Plano de Sustentabilidade e Uso Racional dos Recursos Públicos da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, bem como, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU;

4.1.2. É de responsabilidade exclusiva da contratada o cumprimento integral das normas ambientais aplicáveis à execução do objeto, especialmente quanto ao controle de poluição e à adequada destinação de resíduos;

4.1.3. A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para prevenir impactos ambientais decorrentes de suas atividades, especialmente no que se refere ao transporte, armazenamento e manuseio do produto;

4.1.4. A contratada será responsável por eventuais danos ambientais decorrentes da execução contratual, devendo adotar, às suas expensas, todas as medidas necessárias à mitigação, reparação ou compensação dos impactos causados.

Da Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação tendo em vista tratar-se de fornecimento de bem comum, de baixa complexidade, cuja execução deve ser realizada diretamente pela contratada.

Da Garantia da Contratação

4.3. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que:

4.3.1. Trata-se de aquisição de natureza comum e padronizada;

4.3.2. O objeto possui baixo grau de complexidade técnica;

4.3.3. A exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame;

4.3.4. Os riscos da contratação são considerados reduzidos.

4.4. As condições relativas à eventual responsabilização contratual encontram-se disciplinadas no instrumento contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Das Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos insumos será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração, durante toda a vigência contratual.

5.2. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, nos períodos das 07h30min às 13h30min e das 13h00min às 16h00min, em locais previamente indicados pela Administração, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, seguros, carga, descarga e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto.

5.3. O fornecimento dos produtos deverá ocorrer de forma parcelada, obedecendo estritamente aos prazos logísticos regionalizados estabelecidos na tabela de distribuição constante do subitem 5.6 deste Termo de Referência, contados a partir da formalização da respectiva requisição.

5.4. A contratada deverá utilizar veículo apropriado para o transporte de água mineral, em estrita observância às disposições da RDC nº 173/2006 da ANVISA e demais normas sanitárias aplicáveis.

5.5. O compartimento de carga deverá apresentar condições adequadas de higiene e conservação, devendo:

5.5.1. Estar limpo, higienizado e isento de odores;

5.5.2. Estar livre de vetores, pragas urbanas ou qualquer agente contaminante;

5.5.3. Possuir cobertura e proteção lateral íntegras, limpas e impermeáveis;

5.5.4. Garantir a integridade e a qualidade higiênico-sanitária dos produtos transportados.

5.5.5. É vedado o transporte de água mineral juntamente com outros produtos ou materiais que possam comprometer sua qualidade, integridade ou segurança sanitária.

Do Prazo de Entrega e Local

5.6. O prazo de entrega dos materiais será aquele estabelecido na tabela abaixo, contado a partir do recebimento da solicitação/requisição da CONTRATANTE, a qual deverá ser formalizada por meio de correio eletrônico institucional (e-mail oficial) ou por Ordem de Fornecimento, de modo a assegurar o devido registro documental e a rastreabilidade dos prazos.

Item	Local/Município		Prazo de Entrega	Endereços
01 e 02	MACAPÁ	-SEDE Administrativa da DPE/AP.	2 dias	- Rua Eliezer Levy, n.º 1157, Centro, Macapá/AP, CEP: 68.900-083.
		- ANEXO I		- Avenida Raimundo Álvares da Costa, n.º 676, Centro, Macapá/AP, CEP: 68.900-074.
		- ANEXO II		- Rua Procópio Rola, n.º 500, Centro, Macapá/AP, CEP: 68.900-081.
03	Núcleo Regional de SANTANA		2 dias	- Avenida Santana, n.º 534, Centro.
04	Núcleo Regional de MAZAGÃO		2 dias	- Rua Coaracy Nunes, n.º 177, Liberdade.
05	Núcleo Regional de PORTO GRANDE		2 dias	- Avenida Calçoene, n.º 155, (esquina com Rua Bela Vista).
06	Núcleo Regional de FERREIRA GOMES		2 dias	- Avenida Coaraci Nunes, S/N, Centro.

07	Núcleo Regional de TARTARUGALZINHO	2 dias	- Avenida Coração de Jesus, S/N (ao lado do SAMU).
08	Núcleo Regional de AMAPÁ	3 dias	- Travessa João Franklin Távora, n.º 344, Sete Mangueiras.
09	Núcleo Regional de CALÇOENE	3 dias	- Rua Lúcio Tavares, n.º 217 – Centro.
10	Núcleo Regional de PEDRA BRANCA	3 dias	- Avenida Francisco Braz, S/N – Centro.
11	Núcleo Regional de LARANJAL DO JARI	4 dias	- Avenida Tancredo Neves, n.º 2865.
12	Núcleo Regional de VITÓRIA DO JARI	4 dias	- Rua Pedro Ladislau, S/N, Santa Clara.
13	Núcleo Regional de OIAPOQUE	6 dias	- Avenida Barão do Rio Branco, n.º 200 – Centro.

Dos Critérios de Recebimento e Aceitação

5.7. Os objetos serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo Fiscal Técnico e pelo Fiscal Administrativo do contrato, nos termos do art. 20, inciso XIV, e art. 21, inciso VII, da Portaria nº 36/2024 - DPE/AP. Caso sejam constatados vícios ou defeitos, tais como amassados, furos, rachaduras, ranhuras, remendos, deformações internas ou externas no gargalo ou odores estranhos, o material será sumariamente rejeitado, cabendo à Contratada a imediata substituição.

5.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento do atesto provisório e documentação fiscal, a ser realizado pelo Gestor do Contrato, conforme atribuição conferida pelo art. 19, inciso III, da Portaria nº 36/2024 - DPE/AP, culminando na emissão de termo detalhado de aceitação."

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Da Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Da Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Da Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Do Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e

aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “7.1.2.”, “7.1.3.” e “7.1.4.” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “7.1.5.”, “7.1.6”, “7.1.7.” e “7.1.8.” do subitem acima, bem como nas alíneas “7.1.2”, “7.1.3.” e “7.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “7.1.4.”, de 0,5% (sete centésimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima nos subitens

“7.1.5.” a “7.1.8.” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima no subitem “7.1.3.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “7.1.2.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima no subitem “7.1.4.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “7.1.1.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos, do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4. os danos que dela provierem para a Contratante; e

7.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

7.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.13. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEI e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco), juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Da Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Portaria nº 47, de 2024 – DPE/AP.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos inciso II, do art. 7º, da Portaria nº 47, de 2024 – DPE/AP.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice (IPCA) de correção monetária.

Da Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, contado a partir da data-base do orçamento estimado fixada em 29/04/2026, em estrita simetria com as cláusulas fixadas na minuta do instrumento contratual

8.28. Após o interregno de um ano, mediante solicitação formal acompanhada de devida justificativa por parte da Contratada, e desde que aceita expressamente pela Administração, os preços iniciais serão analisados e poderão ser reajustados mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante

pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Da Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, pelo procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços.

9.2. O critério de menor preço considerará o menor dispêndio para a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade e as demais exigências definidas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação, nos termos do art. 6º, da Portaria nº 40, de 2024 - DPE/AP.

Da Forma de Fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será conforme demanda da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

Das Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Da Habilitação Jurídica

9.5. Pessoa Física: Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: Inscrição do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade Empresária Estrangeira: Portaria de Autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março

de 2020.

9.10. Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: Inscrição do Ato Constitutivo da Filial, Sucursal ou Agência da Sociedade Simples ou Empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade Cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.14. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no **Cadastro de Pessoas Físicas - CPF**, conforme o caso;

9.15. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.715, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de Regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

9.17. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal.

Da Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão Negativa de Insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 2021), ou

de sociedade simples;

9.23. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

9.24. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando;

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Da Qualificação Técnica

9.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões** ou **atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1.1. O atestado de capacidade técnica deverá comprovar o fornecimento em quantitativo mínimo equivalente a até 50% (cinquenta por cento) do total estimado para o item correspondente ao atestado, em plena observância ao art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133 de 2021 e à jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

9.28.1.2. O atestado deverá ser datado e assinado e deverá conter informações que permitam a identificação correta da contratante e do fornecedor, tais como:

- Nome, CNPJ e endereço do emitente;
- Nome, CNPJ e endereço da empresa que forneceu o bem ao emitente;
- Nome, cargo ou função do signatário emitente do atestado;

9.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em

nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas - partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.29.7. A última auditoria contábil - financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da Contratação é de R\$ **R\$ 153.190,80 (cento cinquenta e três mil cento e noventa reais e oitenta centavos)**. conforme custos unitários na tabela abaixo.

GRUPO - 01					
Item	Descrição do objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit. Médio Estimado	Valor Total Médio Estimado
01	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	3.900	R\$ 14,19	R\$55.341,00
02	Água mineral em Garrafa de 500 ml. (CATMAT - 445484).	Unid.	24.000	R\$ 2,47	R\$59.280,00

03	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	720	R\$ 14,49	R\$10.432,80
04	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120	R\$ 15,55	R\$ 1.866,00
05	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120	R\$ 16,78	R\$ 2.013,60
06	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120	R\$ 16,98	R\$ 2.037,60
07	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120	R\$ 18,75	R\$ 2.250,00
08	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120	R\$ 18,98	R\$ 2.277,60
09	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120	R\$ 18,98	R\$ 2.277,60
10	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120	R\$ 19,03	R\$ 2.283,60
11	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	180	R\$ 23,47	R\$ 4.224,60
12	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	180	R\$ 23,53	R\$ 4.235,40
13	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	180	R\$ 25,95	R\$ 4.671,00
Valor Médio Total do Grupo -----					R\$153.190,80

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Considerando que a presente contratação se dará por Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária será postergada para o momento da emissão e assinatura da Nota de Empenho de Despesa, instrumento substitutivo ao contrato, em conformidade com o art. 16 da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP e a Orientação Normativa AGU nº 20, de 2009.

12. ANEXOS

12.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar - ETP;

12.2. Anexo II - Regras Aplicáveis ao Instrumento Substitutivo ao Contrato;

12.3. Anexo III - Termo de Ciência e Concordância

13. RESPONSÁVEL

Macapá/AP, datado eletronicamente.

(assinado eletronicamente)
ANANILSON COSTA DE SOUSA
Assessor Técnico Nível - III

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo Administrativo n.º 26.0.000001939-8 - DPE/AP

1.2. Esta peça foi elaborada com base no §1º, art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/2021, na Portaria n.º 037/2024 DPE/AP e no ordenamento vigente trazido pela Portaria nº 170/2025 - DPE/AP, constituindo a primeira etapa do planejamento da contratação, a fim de avaliar a melhor solução disponível no mercado para atender a necessidade deste órgão defensorial e assegurar a sua viabilidade técnica, econômica e de gestão, bem como dar suporte à elaboração do Termo de Referência.

1.3. A presente contratação tem por objeto o fornecimento de água mineral, potável, de mesa, sem gás carbônico, sob regime de demanda, destinado ao atendimento das necessidades de consumo do público interno e externo da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP. O fornecimento deverá ocorrer de forma contínua e suficiente, abrangendo a Sede Administrativa, os Anexos I e II, bem como todos os Núcleos Regionais, em conformidade com os quantitativos e as especificações técnicas estabelecidos neste Estudo.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de garantir o fornecimento contínuo de água mineral natural, potável, de mesa, sem gás carbônico, destinada ao consumo do público interno e externo da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP. Trata-se de insumo essencial ao funcionamento regular das atividades institucionais, à promoção de condições adequadas de trabalho aos membros, servidores e colaboradores, bem como ao atendimento digno e humanizado aos assistidos que buscam os serviços da instituição.

2.2. O problema a ser resolvido consiste na iminência de encerramento da vigência da ata de registro de preços atualmente utilizada para o fornecimento do referido material, o que pode ocasionar descontinuidade no abastecimento, com impactos diretos na rotina administrativa e no atendimento ao público. A ausência de planejamento prévio e de instrumento contratual vigente comprometeria não apenas a logística de fornecimento, mas também aspectos relacionados à saúde, bem-estar e qualidade do ambiente institucional.

2.3. Nesse contexto, a adoção de novo procedimento licitatório, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, revela-se necessária e adequada para assegurar a continuidade do fornecimento, com ganhos de eficiência, economicidade e flexibilidade na gestão das demandas. A solução proposta visa atender às necessidades institucionais de forma planejada e sustentável, permitindo contratações futuras conforme a demanda, evitando desperdícios e garantindo o atendimento ao interesse público de forma eficaz.

2.4. A demanda do órgão foi elaborada com base no controle realizado pela Coordenadoria de Serviços Gerais, sobre a média anual de consumo da Sede Administrativa, Núcleos Regionais, além de ações e eventos, momentos dos quais o órgão também precisa dispor de água mineral para fornecer aos membros e servidores durante os atendimentos.

2.5. Cabe destacar que o objeto desta contratação não se enquadra na categoria bens e serviços de luxo, conforme descrição contida no art. 4º, inciso III da Portaria n.º 32/2024 - DPE/AP.

2.6. Assim, pretende-se adquirir o objeto através da seleção da proposta que gere o resultado mais vantajoso para a Administração, observando os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além daqueles outros princípios dispostos no art. 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Coordenadoria de Serviços Gerais

3.1.1. Responsável: Demétrio Brazão Monteiro

4. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da caracterização do objeto

4.1.1. A contratação consiste no fornecimento, sob demanda, de água mineral, natural, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de 20 litros e garrafas descartáveis de 500ml, para suprir as demandas do público interno e externo da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP (Sede Administrativa, Anexos I e II e Núcleos Regionais).

4.1.2. Esta contratação também se enquadra como aquisição de bem comum, vez que suas especificações, padrões de desempenho e qualidade são reconhecidas e usuais no mercado, conforme prevê o art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3. O presente objeto tem natureza contínua, pois se caracteriza pela essencialidade em assegurar o funcionamento das atividades finalísticas da Administração Pública de forma rotineira e permanente, de modo que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades e, conseqüentemente, o cumprimento da missão institucional da Defensoria Pública do Amapá - DPE/AP.

4.1.4. As especificações do objeto foram definidas de acordo com o catálogo eletrônico de padronização, com códigos (CATMAT 445485 e 445484), que correspondem a água mineral natural, sem gás em embalagem do tipo retornável (garração 20 litros) e do tipo descartável (garrafa de 500ml), respectivamente.

4.2. Dos requisitos técnicos e de qualidade

4.2.1. As condições da água mineral devem guardar conformidade com a RDC ANVISA nº 717/2022 (em substituição à RDC 274/2005), a RDC ANVISA nº 724/2022 e a Instrução Normativa ANVISA nº 161/2022 (em substituição à RDC 275/2005).

4.2.2. A água deverá atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente a RDC ANVISA nº 724/2022 e a Instrução Normativa ANVISA nº 161/2022 para padrões microbiológicos, em conjunto com a RDC ANVISA nº 722/2022 e a Instrução Normativa ANVISA nº 160/2022 para limites de substâncias químicas contaminantes.

4.2.3. Os garrações retornáveis deverão ser transparentes, munidos de lacre de inviolabilidade, com cessão gratuita (comodato), devendo ser atóxicos e inodoros, contendo rótulo de classificação da água aprovada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e plenamente preenchidos com água mineral natural, sem gás. Os garrações deverão estar tampados, vedados, sem vazamento, lacrados, limpos e higienizados, contendo rótulos de classificação da água aprovados pela ANM, com prazos de validade, marca do produtor (nome e o CNPJ) e etiqueta de identificação conforme rótulo-padrão previsto no art. 29 do Decreto-Lei nº 7.841 de 1945, observadas as especificações técnicas, gráficas e de leiaute estabelecidas pela Resolução ANM nº 157/2024.

4.2.4. A tampa plástica descartável e o lacre de segurança deverão atender às exigências dos parâmetros estabelecidos nas Normas Técnicas NBR 14.222/2013, NBR 14.328/2011 e NBR 14.638/2011 da ABNT. Os garrações retornáveis deverão ser de material atóxico (policarbonato ou polipropileno

transparente), próprios para o acondicionamento de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados e/ou remendados, com tampa protetora e lacre de segurança. Não poderão ter data de fabricação superior a 2 (dois) anos e deverão apresentar validade remanescente mínima de 1/3 (um terço) do tempo total de validade do lote envasado, contados a partir da data de entrega em cada unidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

4.2.5. As garrafas descartáveis de 500 ml deverão ser em embalagem própria para descarte e estar plenamente preenchidas com água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente. Devem conter tampa com rosca e lacre, além de rótulo indicando a procedência e validade, em estrita observância às normas da ANVISA, à Resolução ANM nº 157/2024 e às Normas Técnicas da ABNT, com selo do INMETRO, devidamente lacradas e seladas. A embalagem poderá ser do tipo PET, polipropileno ou polycarbonato, materiais adequados para contato com alimentos e bebidas, em conformidade com as exigências da Resolução ANM nº 193/2024 e da ABNT NBR nº 14.222/2013, garantindo a integridade do insumo, com validade remanescente mínima de 1/3 (um terço) do tempo total de validade do lote envasado, contados a partir da data de entrega em cada unidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

4.3. Dos requisitos operacionais e logísticos

4.3.1. O fornecimento da água mineral será realizado de acordo com as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

4.3.2. Os insumos devem ser entregues sob demanda, de forma parcelada, podendo variar conforme a sazonalidade do mês.

4.3.3. As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme os prazos regionalizados estabelecidos na tabela logístico-cronológica deste instrumento, contados a partir do recebimento da solicitação/requisição da contratante, a qual deverá obrigatoriamente ser formalizada por meio eletrônico oficial (e-mail institucional) ou Ordem de Fornecimento, de modo a assegurar o devido registro documental e a rastreabilidade dos prazos, devendo os produtos serem entregues nos seguintes endereços:

Item	Local/Município	Endereços
01	MACAPÁ - SEDE Administrativa da DPE/AP. - ANEXO I	- Rua Eliezer Levy, n.º 1157, Centro, Macapá/AP, CEP: 68.900-083.
		- Avenida Raimundo Álvares da Costa, n.º 676, Centro, Macapá/AP, CEP: 68.900-074.
02	- ANEXO II	- Rua Procópio Rola, n.º 500, Centro, Macapá/AP, CEP: 68.900-081.
03	Núcleo Regional de SANTANA	- Avenida Santana, nº 534, Centro.
04	Núcleo Regional de MAZAGÃO	- Rua Coaracy Nunes, nº 177, Liberdade.
05	Núcleo Regional de PORTO GRANDE	- Avenida Calçoene, n.º 155, (esquina com Rua Bela Vista).
06	Núcleo Regional de FERREIRA GOMES	- Avenida Coaraci Nunes, S/N, Centro.
07	Núcleo Regional de TARTARUGALZINHO	- Avenida Coração de Jesus, S/N (ao lado do SAMU).
08	Núcleo Regional de AMAPÁ	- Travessa João Franklin Távora, n.º 344, Sete Mangueiras.

09	Núcleo Regional de CALÇOENE	- Rua Lúcio Tavares, n.º 217 – Centro.
10	Núcleo Regional de PEDRA BRANCA	- Avenida Francisco Braz, S/N – Centro.
11	Núcleo Regional de LARANJAL DO JARI	- Avenida Tancredo Neves, n.º 2865.
12	Núcleo Regional de VITÓRIA DO JARI	- Rua Pedro Ladislau, S/N, Santa Clara.
13	Núcleo Regional de OIAPOQUE	- Avenida Barão do Rio Branco, n.º 200 – Centro.

4.3.4. No caso de possíveis alterações ou substituição de endereço a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, informará prévia e formalmente a contratada.

4.4. Das Condições de Entrega e Transporte

4.4.1. O fornecimento dos insumos será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração, durante toda a vigência contratual.

4.4.2. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, de segunda a sexta-feira, nos períodos das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, em locais previamente indicados pela Administração, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, seguros, carga, descarga e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto.

4.4.3. A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação formal da Administração, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela contratante.

4.4.4. A contratada deverá utilizar veículo apropriado para o transporte de água mineral, em estrita observância às disposições da RDC nº 173/2006 da ANVISA e demais normas sanitárias aplicáveis.

4.4.5. O compartimento de carga deverá apresentar condições adequadas de higiene e conservação, devendo:

- I** - estar limpo, higienizado e isento de odores;
- II** - estar livre de vetores, pragas urbanas ou qualquer agente contaminante;
- III** - possuir cobertura e proteção lateral íntegras, limpas e impermeáveis;
- IV** - garantir a integridade e a qualidade higiênico-sanitária dos produtos transportados.

4.4.6. É vedado o transporte de água mineral juntamente com outros produtos ou materiais que possam comprometer sua qualidade, integridade ou segurança sanitária.

4.5. Dos critérios de recebimento e aceitação

4.5.1. Os objetos serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante a verificação da conformidade do material com as exigências contratuais. Caso sejam constatados vícios ou defeitos, tais como amassados, furos, rachaduras, ranhuras, remendos, deformações internas ou externas no gargalo ou odores estranhos, o material será sumariamente rejeitado, cabendo à Contratada a imediata substituição.

4.5.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a ser realizado pelo Gestor do Contrato após o recebimento do atesto provisório e da documentação fiscal correlata, em estrita observância ao art. 19, inciso III, da Portaria nº 36/2024-DPE/AP.

4.6. Dos critérios e práticas de sustentabilidade

4.6.1. Os critérios de sustentabilidade aplicados a esta contratação abrangem todas as etapas do ciclo de vida do objeto, em observância às diretrizes da Portaria n.º 393 de 29 de abril de 2024, que institui o Defensoria Verde - Plano de Sustentabilidade e Uso Racional dos Recursos Públicos da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, bem como, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - AGU e à legislação vigente:

4.6.1.1. Produção (Extração e Envasamento)

4.6.1.1.1. Gestão de Recursos Hídricos: O processo de extração e produção deve observar a Resolução CNRH/MMA nº 76/2007, que estabelece as diretrizes para a integração entre a gestão de recursos hídricos e águas minerais, termais e potáveis de mesa.

4.6.1.1.2. Segurança Sanitária: A qualidade da água deve assegurar a saúde do consumidor, atendendo rigorosamente aos padrões microbiológicos estabelecidos pela Resolução ANVISA RDC nº 724/2022 e pela Instrução Normativa ANVISA nº 161/2022 (que atualizou a IN nº 60/2019).

4.6.1.1.3. Embalagens Sustentáveis: As embalagens primárias e secundárias devem ser obrigatoriamente recicláveis, apresentando a devida identificação e simbologia técnica de acordo com as normas da ABNT.

4.6.1.2. Distribuição

4.6.1.2.1. Boas Práticas: O transporte e a comercialização devem seguir as disposições da Resolução ANVISA RDC nº 173/2006, que define as boas práticas para industrialização e comercialização de água mineral natural, garantindo a ausência de contaminantes durante o percurso logístico.

4.6.1.3. Uso

4.6.1.3.1. Consumo Consciente: A Administração e a Contratada deverão promover estratégias de uso racional para evitar o desperdício do insumo durante a execução contratual.

4.6.1.4. Destinação Final

4.6.1.4.1. Logística Reversa e Resíduos: O descarte e a destinação final das embalagens devem atender à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.6.1.5. Padronização

4.6.1.5.1. Para os garrafrões retornáveis, deve-se observar a NBR 14.222/2013 (e atualizações posteriores) quanto aos requisitos de embalagem plástica para água mineral.

4.6.1.6. Responsabilidade Pós-Consumo

4.6.1.6.1. A Contratada é responsável pela coleta e destinação ambientalmente adequada dos vasilhames inservíveis sob regime de comodato.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. O levantamento de mercado para a aquisição de água mineral, acondicionada em

garrações de 20 litros e em embalagens descartáveis de 500 ml, demonstra tratar-se de objeto amplamente disponível, com diversos fornecedores atuantes no mercado local e regional, o que favorece a competitividade e a obtenção de propostas vantajosas para a Administração Pública.

5.2. Observa-se que, no âmbito da Administração Pública, o fornecimento de água mineral é, em regra, realizado de forma parcelada e sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, em razão da natureza contínua do objeto e da necessidade de flexibilidade na gestão dos quantitativos ao longo do exercício.

5.3. No mercado, identificam-se quatro principais modelos de atendimento à demanda:

5.3.1. Fornecimento de água mineral com disponibilização de garrações retornáveis em regime de comodato;

5.3.2. Fornecimento com aquisição definitiva de garrações pela Administração;

5.3.3. Fornecimento apenas do líquido, para utilização em garrações próprios do órgão; e

5.3.4. Substituição do fornecimento de água mineral por aquisição de purificadores de água com utilização da rede pública.

5.4. Análise das soluções disponíveis:

5.4.1. Fornecimento com garrações em regime de comodato:

5.4.1.1. Esse modelo predominante de contratação, consiste no fornecimento de água mineral em garrações de 20 litros, sendo os recipientes disponibilizados pela contratada, sem transferência de propriedade, com reposição conforme a demanda.

5.4.1.1.1. Vantagens:

- a)** Elimina custos iniciais com aquisição de garrações;
- b)** Transfere ao fornecedor a responsabilidade pela higienização, manutenção e substituição dos recipientes;
- c)** Garante maior conformidade sanitária e atendimento às normas vigentes;
- d)** Simplifica a gestão administrativa e patrimonial;
- e)** Permite maior eficiência logística, com sistema de troca imediata;
- f)** Apresenta ampla aderência ao mercado, favorecendo a competitividade.

5.4.1.1.2. Desvantagens:

- a)** Dependência contratual do fornecedor para disponibilização dos recipientes (mitigável por adequada gestão contratual).

5.4.2. Aquisição de água mineral com compra de garrações pela Administração.

5.4.2.1. Neste modelo de contratação, o órgão adquire tanto a água quanto os garrações, passando a ser responsável pelos recipientes.

5.4.2.1.1. Vantagens:

- a)** Autonomia patrimonial sobre os garrações;
- b)** Possibilidade de utilização contínua dos recipientes, independentemente do fornecedor.

5.4.2.1.2. Desvantagens:

- a)** Necessidade de elevado investimento inicial;
- b)** Custos adicionais com controle patrimonial, armazenamento e logística;
- c)** Responsabilidade pela higienização e manutenção dos garrafões;
- d)** Risco de perdas, extravios e danos;
- e)** Necessidade de controle rigoroso da vida útil dos recipientes;
- f)** Aumento da complexidade administrativa.

5.4.3. Fornecimento apenas do líquido com uso de garrafões próprios.

5.4.3.1. Esse modelo de contratação consiste na aquisição exclusiva da água mineral, utilizando-se garrafões de propriedade da Administração.

5.4.3.1.1. Vantagens:

- a)** Redução aparente do custo unitário do líquido (sem considerar custos indiretos).

5.4.3.1.2. Desvantagens:

- a)** Não é prática usual de mercado, podendo restringir a competitividade;
- b)** Elevado risco sanitário, em razão da responsabilidade pela higienização dos recipientes;
- c)** Necessidade de estrutura interna para controle de qualidade e rastreabilidade;
- d)** Dificuldade operacional para substituição de recipientes danificados;
- e)** Incompatibilidade com a logística adotada pela maioria dos fornecedores;
- f)** Aumento significativo da gestão operacional e de riscos.

5.4.4. Aquisição de purificadores de água (uso de água da rede pública).

5.4.4.1. Esse modelo de contratação consiste na substituição do fornecimento de água mineral pela instalação de purificadores ou bebedouros conectados à rede pública de abastecimento.

5.4.4.1.1. Vantagens:

- a)** Redução da geração de resíduos plásticos;
- b)** Potencial economia a longo prazo, dependendo da escala e manutenção;
- c)** Eliminação da logística de transporte e armazenamento de garrafões.

5.4.4.1.2. Desvantagens:

- a)** Necessidade de investimento inicial na aquisição e instalação dos equipamentos;
- b)** Custos contínuos com manutenção, troca de filtros e higienização periódica;
- c)** Dependência da qualidade da água fornecida pela rede pública local, que pode não atender integralmente aos padrões desejados para consumo direto;

- d)** Necessidade de adequações estruturais nas unidades (instalações hidráulicas e elétricas);
- e)** Risco de descontinuidade do serviço em caso de falhas na rede pública;
- f)** Inviabilidade para atendimento a eventos externos e demandas descentralizadas;
- g)** Maior complexidade na gestão e fiscalização contratual.

5.5. Análise das embalagens de 500ml.

5.5.1. A aquisição de água mineral em embalagens descartáveis de 500 ml é prática consolidada no mercado, sendo fornecida como produto final, devidamente lacrado, rotulado e em conformidade com as normas sanitárias.

5.5.1.1. Vantagens:

- a)** Praticidade no consumo individual;
- b)** Adequação para eventos, reuniões e atendimentos externos;
- c)** Redução de riscos de contaminação;
- d)** Facilidade logística.

5.5.1.2. Desvantagens:

- a)** Geração de resíduos sólidos;
- b)** Custo unitário mais elevado em comparação ao garrafão de 20 litros.

5.6. Justificativa da Solução Escolhida

5.6.1. Diante do levantamento realizado, conclui-se que a solução mais adequada para a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP consiste no registro de preços para fornecimento de água mineral em garrafões de 20 litros com cessão em regime de comodato, aliado à aquisição de água mineral em embalagens descartáveis de 500 ml, com fornecimento parcelado sob demanda.

5.6.2. A escolha pelo modelo de comodato justifica-se por sua ampla adoção no mercado e na Administração Pública, bem como por proporcionar maior eficiência operacional, redução de custos indiretos e transferência de responsabilidades acessórias ao fornecedor.

5.6.3. A aquisição de garrafões pela Administração para posterior fornecimento apenas do líquido não se mostra viável, em razão do aumento de custos operacionais, da complexidade administrativa e dos riscos sanitários envolvidos, além da baixa aderência ao mercado.

5.6.4. Da mesma forma, a alternativa de aquisição de purificadores de água não se mostra adequada ao contexto institucional da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP considerando a necessidade de investimentos iniciais, custos contínuos de manutenção, dependência da qualidade da rede pública e limitações operacionais para atendimento descentralizado e eventos externos.

5.6.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada diante da natureza contínua e variável da demanda, permitindo contratações conforme a necessidade, com maior eficiência e economicidade.

5.6.6. Assim, a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, garantindo o fornecimento contínuo de água mineral com qualidade, segurança e adequada gestão dos recursos públicos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob

demanda, de água mineral natural, potável, de mesa, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de 20 litros e em garrafas descartáveis de 500 ml, destinada ao atendimento das necessidades do público interno e externo da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, abrangendo a Sede Administrativa, Anexos I e II e Núcleos Regionais.

6.2. A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade do abastecimento de água mineral em todas as unidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, garantindo condições adequadas de funcionamento institucional e atendimento ao público.

6.3. A água mineral objeto da contratação deverá atender integralmente aos padrões de qualidade estabelecidos na legislação vigente, especialmente no que se refere às características microbiológicas e aos limites máximos permitidos de substâncias químicas, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em especial a Instrução Normativa nº 60/2019, ou outra que venha a substituí-la.

6.4. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, mediante requisição formal, com entregas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, nos horários estabelecidos no item 4.4.1 deste ETP, podendo haver ajustes previamente comunicados.

6.5. Para o fornecimento em garrações de 20 litros, será adotado o regime de comodato, cabendo à contratada a disponibilização dos recipientes, bem como sua substituição, higienização, manutenção e controle de vida útil, garantindo conformidade com as normas sanitárias vigentes e reduzindo os encargos operacionais da Administração.

6.6. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por grupo, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços - SRP, por se tratar de bem comum e de demanda contínua e variável, permitindo maior eficiência logística, padronização do fornecimento e melhor gestão contratual.

6.7. A adoção do SRP está alinhada aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, notadamente os da eficiência, economicidade, interesse público, transparência e desenvolvimento nacional sustentável, proporcionando benefícios como a racionalização dos processos de contratação, a redução de custos operacionais, o estímulo à competitividade e a melhoria da governança das contratações públicas.

6.8. Destacam-se, ainda, como vantagens do SRP, a agilidade nas aquisições, a redução da necessidade de repetição de procedimentos licitatórios, a otimização do tempo administrativo e a possibilidade de realização de contratações conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da ata.

6.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação, considerando tratar-se de fornecimento de bem comum, rotineiro e de baixa complexidade técnica, cuja execução deve ser integralmente suportada de forma direta pela empresa adjudicatária..

6.10. Dessa forma, a solução proposta assegura o fornecimento contínuo, eficiente e seguro de água mineral, com adequada gestão logística e sanitária, atendendo às necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, com observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

7.1. A estimativa de quantidades para a presente contratação foi elaborada com base em análise técnica do consumo institucional da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, considerando, de forma preponderante, o histórico de consumo efetivamente registrado no exercício de 2025, conforme apurado pela unidade competente, o que confere maior fidedignidade ao dimensionamento da demanda.

7.2. Além do histórico de consumo, foram considerados fatores como a racionalização do uso

do insumo, o aprimoramento dos controles internos e a melhoria da eficiência na distribuição, com vistas à adequada alocação de recursos públicos e à mitigação de superestimativas verificadas em planejamentos anteriores.

7.3. Os quantitativos estimados para o exercício de 2026 estão demonstrados na tabela a seguir:

Item	Descrição do Objeto	Local/Município	Unid.	Quant.
01	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	MACAPÁ - SEDE Administrativa da DPE/AP. - ANEXO I - ANEXO II	Unid.	3.900
02	Água mineral em Garrafa de 500 ml. (CATMAT - 445484).		Unid.	24.000
03	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de SANTANA	Unid.	720
04	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de MAZAGÃO	Unid.	120
05	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de PORTO GRANDE	Unid.	120
06	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de FERREIRA GOMES	Unid.	120
07	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de TARTARUGALZINHO	Unid.	120
08	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de AMAPÁ	Unid.	120
09	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de CALÇOENE	Unid.	120
10	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de PEDRA BRANCA	Unid.	120
11	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de LARANJAL DO JARI	Unid.	180
12	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de VITÓRIA DO JARI	Unid.	180
13	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Núcleo Regional de OIAPOQUE	Unid.	180

7.4. As estimativas contemplam o atendimento das demandas da Sede Administrativa, Anexos e Núcleos Regionais, bem como o suporte a ações institucionais e eventos, podendo sofrer variações ao longo da vigência da ata de registro de preços, em função da dinâmica de consumo da instituição.

7.5. Ressalta-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP permitirá que as aquisições ocorram de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, evitando desperdícios e assegurando maior eficiência na gestão dos quantitativos estimados.

7.6. Dessa forma, os quantitativos definidos mostram-se adequados e compatíveis com as necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, estando alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento de mercado, considerando preços praticados por fornecedores locais de modo a refletir valores compatíveis com a realidade regional e assegurar a viabilidade da futura contratação.

8.2. Para fins de apuração do preço de referência, adotou-se a metodologia da média aritmética de preços obtidos em pesquisas realizadas, garantindo maior fidedignidade e aderência aos valores praticados no mercado, em observância às boas práticas de planejamento das contratações públicas.

8.3. Os valores unitários estimados para os itens foram definidos conforme **GRUPO - 01** na tabela a seguir:

GRUPO - 01								
Item	Descrição/ Município	Unid.	Quant.	A. R. CENTER	D G MACEDO	HF7 COMÉR.	Preço Unit. Médio	Valor Total Médio
01	Garrafão 20 l. (Macapá)	Unid.	3.900	R\$ 12,61	R\$ 13,95	R\$ 16,00	R\$ 14,19	R\$ 55.341,00
02	Garrafa 500ml. (Macapá)	Unid.	24.000	R\$ 1,25	R\$ 1,40	R\$ 4,75	R\$ 2,47	R\$ 59.280,00
03	Garrafão 20 l. (Santana)	Unid.	720	R\$ 12,61	R\$ 13,95	R\$ 16,90	R\$ 14,49	R\$ 10.432,80
04	Garrafão 20 l. (Mazagão)	Unid.	120	R\$ 14,00	R\$ 14,65	R\$ 18,00	R\$ 15,55	R\$ 1.866,00
05	Garrafão 20 l. (Porto Grande)	Unid.	120	R\$ 15,00	R\$ 15,85	R\$ 19,50	R\$ 16,78	R\$ 2.013,60
06	Garrafão 20 l. (Ferreira Gomes)	Unid.	120	R\$ 15,00	R\$ 15,95	R\$ 20,00	R\$ 16,98	R\$ 2.037,60
07	Garrafão 20 l. (Tartarugalzinho)	Unid.	120	R\$ 15,00	R\$ 16,25	R\$ 25,00	R\$ 18,75	R\$ 2.250,00
08	Garrafão 20 l. (Amapá)	Unid.	120	R\$ 15,00	R\$ 16,95	R\$ 25,00	R\$ 18,98	R\$ 2.277,60
09	Garrafão 20 l. (Calçoene)	Unid.	120	R\$ 15,00	R\$ 16,95	R\$ 25,00	R\$ 18,98	R\$ 2.277,60
10	Garrafão 20 l. (Pedra Branca)	Unid.	120	R\$ 15,00	R\$ 17,10	R\$ 25,00	R\$ 19,03	R\$ 2.283,60
11	Garrafão 20 l. (Laranjal do Jari)	Unid.	180	R\$ 20,00	R\$ 22,40	R\$ 28,00	R\$ 23,47	R\$ 4.224,60
12	Garrafão 20 l. (Vitória do Jari)	Unid.	180	R\$ 20,00	R\$ 22,60	R\$ 28,00	R\$ 23,53	R\$ 4.235,40
13	Garrafão 20 l. (Oiapoque)	Unid.	180	R\$ 23,40	R\$ 26,45	R\$ 28,00	R\$ 25,95	R\$ 4.671,00
Valor Médio Total do Grupo -----								R\$ 153.190,80

8.4. O valor total estimado da contratação perfaz o montante de **R\$ 153.190,80 (cento cinquenta e três mil cento e noventa reais e oitenta centavos)**.

8.5. Ressalta-se que, em se tratando de licitação processada pelo Sistema de Registro de

Preços, a indicação de dotação orçamentária será exigida apenas no momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente, conforme disposto no art. 16 da Portaria nº 46/2024 – DPE/AP.

8.6. A estimativa apresentada possui caráter referencial, servindo como parâmetro para a análise de vantajosidade das propostas a serem apresentadas no certame, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Justificativa para Adoção de Julgamento por Grupo

8.7.1. Embora o objeto seja composto por itens distintos (garrafão de 20 litros e garrafa de 500 ml), opta-se pela formação de grupo único, considerando a natureza complementar e operacionalmente integrada dos itens.

8.7.2. A adoção do julgamento por grupo mostra-se mais vantajosa, tendo em vista que:

- a)** os itens possuem a mesma natureza (água mineral sem gás) e são fornecidos pelos mesmos agentes econômicos;
- b)** há ganho de escala logística, reduzindo custos de transporte e distribuição;
- c)** há simplificação da gestão e fiscalização contratual;
- d)** reduz-se o risco de descontinuidade do fornecimento;
- e)** garante-se padronização no abastecimento das unidades;
- f)** evita-se fragmentação contratual ineficiente.

8.7.3. O agrupamento não restringe a competitividade, pois o mercado demonstra ampla capacidade de fornecimento integral.

8.7.4. A medida está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Justificativa para Não Adoção de Cota Reservada

8.8.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, admite-se a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte.

8.8.2. Contudo, no presente caso, não se mostra adequada sua aplicação, em razão da modelagem por grupo.

8.8.3. A divisão em cotas poderia acarretar:

- a)** contratação de múltiplos fornecedores para objeto integrado;
- b)** aumento da complexidade logística;
- c)** risco de descontinuidade;
- d)** perda de economia de escala;
- e)** dificuldade de fiscalização.

8.8.4. O mercado possui ampla participação de ME/EPP aptas a fornecer o objeto integralmente.

8.8.5. Assim, a não adoção da cota encontra respaldo legal e jurisprudencial, quando devidamente justificada.

8.8.6. O afastamento do tratamento diferenciado pretendido encontra arrimo no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123 de 2006, restando plenamente demonstrado que a divisão em cotas representaria prejuízo ao conjunto do objeto face à severa dependência de logística integrada e padronização do fornecimento em âmbito estadual. Registre-se que a expressiva densidade de ME/EPPs atuantes no mercado local resguarda a competitividade ampla por grupo.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as contratações devem, sempre que possível, ser parceladas.

9.2. Entretanto, no presente caso, embora o objeto seja materialmente divisível, verifica-se que é operacionalmente integrado, razão pela qual se optou pela formação de grupo único, conforme item 8.3.

9.3. A adoção do parcelamento por itens poderia acarretar:

- a)** aumento da complexidade logística;
- b)** dificuldade na coordenação das entregas;
- c)** risco de descontinuidade do fornecimento;
- d)** elevação de custos indiretos;
- e)** perda de padronização.

9.4. A contratação por grupo proporciona:

- 9.4.1.** maior eficiência
- 9.4.2.** economia de escala
- 9.4.3.** simplificação da gestão
- 9.4.4.** melhor controle contratual

9.5. Ressalta-se que a modelagem adotada não compromete a competitividade, diante da ampla capacidade do mercado.

9.6. Assim, conclui-se que o não parcelamento em itens e adoção de grupo único é a solução mais vantajosa.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. O Plano de Contratações Anual - PCA constitui instrumento estratégico voltado ao planejamento das aquisições de bens e contratações de serviços a serem realizadas no exercício subsequente, com o objetivo de promover maior eficiência, transparência e previsibilidade na gestão contratual. Por meio do PCA, a Administração consolida previamente suas demandas, viabilizando a racionalização das contratações, a padronização de objetos e a obtenção de economia de escala, alinhando as aquisições às necessidades reais e às metas institucionais.

11.2. Ademais, o PCA contribui para evitar o fracionamento de despesas, assegura o alinhamento das contratações aos instrumentos de governança institucional, subsidia a elaboração da proposta orçamentária e confere maior transparência ao mercado fornecedor, estimulando a competitividade e a inovação nas contratações públicas.

11.3. A presente contratação, registrada sob o identificador Contratação n.º 927560-20/2025, encontra-se em conformidade com o Plano de Contratações Anual da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP para o exercício de 2026, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, bem como em observância às disposições da Portaria nº 33/2024 - DPE/AP, que regulamenta a elaboração e execução do PCA no âmbito da Instituição.

11.4. Nos termos do art. 10, §§ 2º e 3º, da Portaria nº 33/2024 - DPE/AP, o Plano de Contratações Anual encontra-se devidamente publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis,

assegurando transparência e ampla divulgação das contratações planejadas pela Instituição.

11.5. A contratação proposta também se encontra alinhada às diretrizes de governança em contratações públicas da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, conforme disposto na Portaria nº 34/2024 - DPE/AP, assegurando conformidade com o planejamento estratégico institucional, as metas organizacionais e os instrumentos orçamentários vigentes.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Com a contratação do presente objeto, pretende-se alcançar resultados institucionais relevantes, alinhados às diretrizes de eficiência administrativa, qualidade do serviço público e promoção do bem-estar dos usuários, conforme detalhado a seguir:

12.1.1. Assegurar a continuidade e regularidade do fornecimento de água mineral em todas as unidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, evitando desabastecimentos e garantindo suporte adequado às atividades administrativas e finalísticas, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade;

12.1.2. Garantir a disponibilização de água mineral de qualidade, em conformidade com os padrões sanitários vigentes, aos membros, servidores, colaboradores e ao público assistido, contribuindo para a promoção da saúde, segurança e condições adequadas de permanência nas dependências da instituição;

12.1.3. Atender, de forma abrangente e padronizada, às demandas da Sede Administrativa, Anexos I e II e dos Núcleos Regionais, inclusive em localidades com maior complexidade logística, assegurando equidade no acesso ao insumo essencial em toda a estrutura organizacional da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP;

12.1.4. Incentivar o consumo adequado de água nas dependências institucionais, como medida de promoção à saúde e ao bem-estar, refletindo positivamente no desempenho das atividades laborais e na qualidade do atendimento prestado ao público;

12.1.5. Contribuir para a melhoria contínua do ambiente institucional, proporcionando condições mais adequadas de trabalho e atendimento, em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana e às boas práticas de gestão pública;

12.1.6. Promover a gestão racional dos recursos públicos, por meio de fornecimento sob demanda e controle de consumo, evitando desperdícios e garantindo maior eficiência na utilização dos insumos adquiridos..

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

13.1. Para a adequada implementação da solução proposta, deverão ser adotadas providências administrativas e operacionais tanto na fase preparatória quanto durante a execução contratual, visando assegurar a eficiência, a regularidade e a qualidade do fornecimento.

13.2. No âmbito do planejamento, é indispensável a conclusão do Termo de Referência, que deve contemplar todas as especificações técnicas, requisitos de execução e critérios de aceitação, garantindo a correta instrução processual mediante a juntada de pesquisa de preços, estimativa de valor e análise de riscos, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021 e pelos normativos internos da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

13.3. Visando à transparência e legalidade, o processo deverá ser devidamente instruído com todos os elementos necessários à caracterização da demanda, assegurando que o procedimento licitatório esteja amparado por fundamentação técnica.

13.4. Para viabilizar a fiscalização, deverão ser designados formalmente o gestor e o fiscal

do contrato (ou comissão equivalente), que atuarão no acompanhamento rigoroso das obrigações assumidas pela contratada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o cumprimento integral do objeto.

13.5. Quanto à operacionalização, as unidades demandantes organizarão o fluxo de recebimento e gestão de estoques, definindo responsáveis pela conferência qualitativa e quantitativa dos insumos entregues.

13.6. O armazenamento dos garrafões e embalagens deverá observar rigorosas condições sanitárias e técnicas para preservar a integridade do produto, evitar contaminações e garantir um consumo seguro a todos os servidores e usuários.

13.7. Paralelamente, a Administração promoverá a conscientização sobre o uso racional do insumo, incentivando práticas que combatam o desperdício e contribuam para a sustentabilidade e eficiência no consumo institucional.

13.8. Por fim, a execução será objeto de monitoramento contínuo e registro de ocorrências, permitindo o controle rigoroso do consumo e a eventual revisão de procedimentos para assegurar a melhoria contínua da gestão e o pleno atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A contratação para fornecimento de água mineral, embora essencial ao funcionamento institucional, possui potenciais impactos ambientais ao longo de todo o seu ciclo de vida, abrangendo as etapas de extração, envase, transporte, consumo e destinação final das embalagens.

14.2. Na fase de produção, a exploração de fontes de água mineral pode gerar impactos sobre os recursos hídricos, especialmente quando não observados critérios de sustentabilidade e controle ambiental adequados, podendo afetar a disponibilidade e a qualidade das águas subterrâneas.

14.3. No que se refere às embalagens, destaca-se o impacto ambiental decorrente da utilização de recipientes plásticos, sobretudo das garrafas descartáveis de 500 ml, que contribuem para o aumento da geração de resíduos sólidos, caso não haja destinação ambientalmente adequada.

14.4. Quanto aos garrafões retornáveis de 20 litros, embora apresentem menor impacto ambiental em comparação às embalagens descartáveis, em razão de sua reutilização, ainda demandam controle quanto à sua vida útil e destinação final, especialmente quando se tornam inservíveis.

14.5. A etapa de transporte também representa fonte de impacto ambiental, em razão da emissão de gases poluentes decorrentes da logística de distribuição dos produtos, especialmente considerando o atendimento às unidades descentralizadas no interior do Estado.

14.6. Durante o uso, o consumo inadequado ou o desperdício de água mineral pode resultar em utilização ineficiente de recursos naturais, contrariando princípios de sustentabilidade e racionalização do consumo.

14.7. Diante desses impactos potenciais, a contratação deverá incorporar medidas mitigadoras, tais como:

14.7.1. Priorização do uso de garrafões retornáveis, reduzindo a geração de resíduos plásticos;

14.7.2. Exigência de que as embalagens descartáveis sejam recicláveis e devidamente identificadas, conforme normas ambientais;

14.7.3. Observância, por parte da contratada, da legislação ambiental vigente, especialmente quanto à gestão de resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305/2010;

14.7.4. Incentivo à logística reversa e à destinação final ambientalmente adequada das embalagens;

14.7.5. Adoção de boas práticas de transporte, visando à redução de emissões e à otimização das rotas de entrega;

14.7.6. Promoção do consumo consciente no âmbito institucional, com ações de orientação para evitar desperdícios.

14.8. Assim, embora a contratação apresente impactos ambientais inerentes à sua natureza, a adoção de práticas sustentáveis e medidas mitigadoras possibilita a redução desses efeitos, alinhando a execução contratual aos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental na Administração Pública.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Com base nas informações levantadas e nas análises realizadas no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

15.2. Do ponto de vista técnico, verifica-se que o mercado dispõe de fornecedores aptos a atender plenamente às especificações do objeto, com soluções consolidadas e amplamente utilizadas pela Administração Pública, especialmente no que se refere ao fornecimento de água mineral sob demanda, com observância às normas sanitárias e de qualidade vigentes.

15.3. Sob o aspecto operacional, a solução proposta mostra-se adequada à realidade da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, permitindo o atendimento contínuo das unidades administrativas e regionais, com logística compatível com a distribuição geográfica da instituição e com as suas necessidades institucionais.

15.4. No que se refere à viabilidade econômica, a estimativa de preços demonstra compatibilidade com os valores praticados no mercado, sendo possível a execução da contratação de forma escalonada, por meio do Sistema de Registro de Preços, o que possibilita melhor gestão dos recursos públicos e adequação às disponibilidades orçamentárias.

15.5. Ademais, a solução adotada está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e desenvolvimento sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a adequada prestação dos serviços públicos e para o atendimento ao interesse público.

15.6. Diante do exposto, a equipe de planejamento declara a viabilidade da contratação, recomendando o prosseguimento do processo com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à realização do procedimento licitatório.

Macapá/AP, datado e assinado eletronicamente.

DEMÉTRIO BRAZÃO MONTEIRO

Coordenador de Serviços Gerais - DPE-AP
Portaria n.º 54/2022

ANANILSON COSTA DE SOUSA

Assessor Técnico Nível - III
Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O pretenso futuro contratado terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. O referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação decorrente do instrumento substitutivo (Nota de Empenho) é de **12** (doze) meses, contado a partir da data de sua formalização/recebimento pelo fornecedor, sendo admitida a sua prorrogação sucessiva por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, em estrito alinhamento com as condições estabelecidas neste de Termo de Referência.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações da Defensoria Pública:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP terá o prazo de 15

(quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento.

3.1.11. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos.

4.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.14. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.16. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.17. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.18. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art.

124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP;

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.5. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.6. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6. EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta ordinariamente pelo decurso do seu prazo de vigência temporal, desde que acompanhada do adimplemento integral e regular de todas as demandas e obrigações parceladas solicitadas pela Administração no período.

6.2. Se, ao término do prazo de vigência estabelecido, remanescerem ordens de fornecimento formalizadas e pendentes de cumprimento por culpa exclusiva da Administração, a vigência ficará prorrogada estritamente até a conclusão da respectiva entrega, procedendo-se à readequação formal do cronograma por simples apostila.

6.3. Quando a não conclusão das entregas sazonais ou o atraso no fornecimento parcelado decorrer de culpa da Contratada:

6.3.1. Ficará ela imediatamente constituída em mora em relação à parcela inadimplida, sujeitando-se às respectivas sanções administrativas moratórias e compensatórias previstas neste instrumento, sem prejuízo da continuidade das demais entregas do período;

6.3.2. A reincidência no descumprimento dos prazos de entrega ou a recusa injustificada em atender às requisições periódicas caracterizará falha severa na execução do contrato de trato sucessivo, facultando à Administração a extinção antecipada do ajuste por culpa do fornecedor, com a imediata adoção das medidas legais para a salvaguarda do abastecimento.

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Macapá/AP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do presente contrato que não possam ser solucionadas por meios consensuais, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a _____, CNPJ nº _____, representada pelo(a) senhor(a) _____, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas neste Termo de Referência que se refere a proposta anexa, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local/data.

Representante Legal

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP

Referência: Pregão Eletrônico SRP. Nº ____/2026 - DPE/AP

1. Termos da proposta

1.1. Seguindo os ditames editalícios, a empresa _____ (razão social) inscrita no CNPJ Nº. _____, sediada no endereço _____, telefone: _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, CPF Nº. _____, apresenta a proposta de preços, consoante ao Anexo I do presente Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2025 - DPE/AP** para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em **garraões retornáveis de 20 (vinte) litros, em regime de comodato dos recipientes**, bem como em **garrafas descartáveis de 500 ml**, incluindo a logística de distribuição, substituição e controle dos vasilhames, visando atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. Preços, especificações e quantitativos

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidades, são as que seguem:

GRUPO 01					
Item	Descrição do objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit. Médio Estimado	Valor Total Médio Estimado
01	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	3.900		
02	Água mineral em Garrafa de 500 ml. (CATMAT - 445484).	Unid.	24.000		
03	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	720		
04	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120		
05	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120		
06	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120		
07	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120		
08	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120		
09	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120		
10	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	120		
11	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	180		
12	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	180		

13	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Unid.	180		
Valor Médio Total do Grupo -----					

3. Declaração de cumprimento das obrigações legais

3.1. Declaramos que a presente proposta está em conformidade com todos os preceitos legais e regulamentares em vigor.

3.2. Declaramos que a validade desta proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua entrega.

3.3. Declaramos expressamente que, no(s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros, fretes, embalagens, montagem e entrega do material, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas.

3.4. Declaramos que concordamos com as cláusulas dispostas no Edital, Termo de Referência e demais anexos, referentes à presente contratação.

4. Informações Bancárias

4.1. Banco: _____,

Conta: _____,

Corrente: _____,

Agência: _____

5. Representante Legal com poderes para assinar o contrato (empenho)

5.1. Nome _____,

Qualificação _____,

(cargo, RG, CPF): _____.

Data/Local

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo SEI nº _____ DPE/AP

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.762.144/0001-00, com sede na Rua Eliezer Levy, nº. 1157, Bairro Centro, CEP. 68.900-083, Macapá/AP, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado do Amapá, o Sr. **IGOR VALENTE GIUSTI**, nomeado pelo Decreto nº 1141, de 27 de fevereiro de 2026, publicada no DOE nº 8.604, de 27 de fevereiro de 2026, considerando o julgamento da licitação **PREGÃO ELETRÔNICO SRP. Nº ____/2026 - DPE/AP** e processo administrativo nº _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, na Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada e m **garrações retornáveis de 20 (vinte) litros, em regime de comodato dos recipientes**, bem como em **garrafas descartáveis de 500ml**, incluindo a logística de distribuição, substituição e controle dos vasilhames, visando atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP. Nº ____/2026 - DPE/AP**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta de preços cujo preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA EMPRESA DO PREÇOS REGISTRADOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínimas e máximas de cada item, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: _____ CNPJ. n.º _____.							
Endereço: _____ (__ Bairro __), (__ Cidade/UF __) - CEP. _____.							
Telefone: (____) _____ - _____, E-mail: _____.							
Representante Legal: _____, CPF n.º _____.							
GRUPO 01							
Item	Descrição do objeto	Município para Entrega	Unid.	Quant. Mínima Registrada	Quant. Máxima Registrada	Valor Unitário Registrado	Valor Total Registrado
01	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Macapá	Unid.	01	3.900		

02	Água mineral em Garrafa de 500 ml. (CATMAT - 445484).	Macapá	Unid.	01	24.000		
03	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Santana	Unid.	01	720		
04	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Mazagão	Unid.	01	120		
05	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Porto Grande	Unid.	01	120		
06	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Ferreira Gomes	Unid.	01	120		
07	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Tartarugalzinho	Unid.	01	120		

08	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Amapá	Unid.	01	120		
09	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Calçoene	Unid.	01	120		
10	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Pedra Branca	Unid.	01	120		
11	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Laranjal do Jari	Unid.	01	180		
12	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Vitória do Jari	Unid.	01	180		
13	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485).	Oiapoque	Unid.	01	180		

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como

anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, que exercerá suas atribuições por intermédio da Coordenadoria Licitações, Contratos e Convênios - CLCC/DPE/AP.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP e do fornecedor.

4.2. A autorização de adesão pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização de adesão pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante e aceita pela Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA, ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, o quantitativo originalmente registrado poderá ser restabelecido, nos termos do art. 1º, da Portaria nº 823, de 2025 - DPE/AP, que alterou dispositivos (art. 21 e art. 22) da Portaria nº 46/2024 - DPE/AP, norma que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.6.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.6.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.6.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.7. O registro a que se refere o item 5.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.6.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.9.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.9.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 09.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133,

de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.6.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 24, da Portaria nº 46, de 2024 - DPE/AP):

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d", do inciso II, do caput, do art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.8.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na Portaria nº 46, de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços,

poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou;

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação e seus anexos.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 2º, inc. III, da Portaria nº 46, de 10 de Janeiro de 2024 ou art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Defensoria Pública do Estado do Amapá – DPE/AP e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes por meio de assinatura eletrônica.

Local e data

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP

IGOR VALENTE GIUSTI

Defensor - Geral do Estado do Amapá

Representante Legal

CPF. nº _____

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º _____ DPE/AP

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº _____/____ - DPE/AP, QUE
FAZEM ENTRE SI A
DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DO AMAPÁ -
DPE/AP, A
EMPRESA _____.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP**, com sede na Rua Eliezer Levy, 1157 - Centro, CEP: 68.900-074, na cidade de Macapá/AP, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.762.144/0001-00, neste ato representada pelo Defensor Público Geral do Estado do Amapá, o Excelentíssimo Senhor **IGOR VALENTE GIUSTI**, nomeado pelo Decreto nº 1141, de 27 de fevereiro de 2026, publicada no DOE nº 8.604, de 27 de fevereiro de 2026, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada _____, CEP: _____, e-mail: _____, telefone: () _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) pelo sr (a). _____, Sócio (a) Administrador (a), portadora da Cédula de Identidade nº _____ - _____, inscrita no CPF sob o nº _____, tendo em vista o que consta no processo administrativo SEI nº _____, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **PREGÃO ELETRÔNICO SRP. Nº _____/2026 - DPE/AP**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de empresa para o fornecimento contínuo de água mineral natural, sem gás, acondicionada em **garrações retornáveis de 20 (vinte) litros, em regime de comodato dos recipientes**, bem como em **garrafas descartáveis de 500ml**, incluindo a logística de distribuição, substituição e controle dos vasilhames, visando atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo instrumento, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

1.2. O detalhamento do objeto e a definição dos métodos são aqueles previstos no ETP e Termo de Referência.

GRUPO 01					
Item	Descrição do objeto/Município para entrega	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: MACAPÁ.	Unid.			
02	Água mineral em Garrafa de 500ml. (CATMAT - 445484). Local de entrega: MACAPÁ.	Unid.			
03	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: SANTANA.	Unid.			
04	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: MAZAGÃO.	Unid.			

05	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485) - .Local de entrega: PORTO GRANDE.	Unid.			
06	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: FERREIRA GOMES.	Unid.			
07	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: TARTARUGALZINHO.	Unid.			
08	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: AMAPÁ.	Unid.			
09	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: CALÇOENE.	Unid.			
10	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: PEDRA BRANCA.	Unid.			
11	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: LARANJAL DO JARI.	Unid.			
12	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: VITÓRIA DO JARI.	Unid.			
13	Água mineral em Garrafão de 20 litros. (CATMAT - 445485). Local de entrega: OIAPOQUE.	Unid.			
Valor Total -----					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O detalhamento do objeto e a definição dos métodos são aqueles previstos no ETP e Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura eletrônica, prorrogados por até 10 anos, na forma dos art. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando ainda para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e o motivo, por escrito, que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. O pagamento será creditado em favor da empresa _____, CNPJ. n.º _____, através de ordem bancária no Banco: _____, Agência: _____, Conta Corrente: _____.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A CONTRATADA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.13. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.14. Executar as entregas dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas;

9.15. Executar o objeto da contratação com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.23. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias antes da data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.24. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.2.”, “11.1.3.” e “11.1.4.” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.5.”, “11.1.6”, “11.1.7.” e “11.1.8.” do subitem acima, bem como nas alíneas “11.1.2”, “11.1.3.” e “11.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “11.1.4.”, de 0,5% (cinco décimo por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

11.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima nos subitens “11.1.5.” a “11.1.8.” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

11.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima no subitem “11.1.3.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

11.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “11.1.2.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima no subitem “11.1.4.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

11.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima no subitem “11.1.1.”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos, do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF

11.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento

das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.10.4. os danos que dela provierem para a Contratante; e

11.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

11.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.13. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEI e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse

caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I)** Gestão/unidade: [...];
- II)** Fonte de recursos: [...];
- III)** Programa de trabalho: [...];
- IV)** Elemento de despesa: [...]; e
- V)** Plano interno: [...]; e
- VI)** Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Macapá/AP, no Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser solucionados por meio de conciliação, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Bruno Souza Barata, Assessor Técnico**, em 10/06/2026, às 11:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ap.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0230608** e o código CRC **24088B00**.

26.0.000001939-8

0230608v48